

Indigenismo na fronteira...

Aloir Pacini¹
UFMT, MT, Brasil

Esta *comunicação*² tem por fim refletir alguns aspectos do indigenismo³ a partir da realidade dos Chiquitano⁴. As interações indígenas de diversas etnias com as ações indigenistas dos jesuítas no passado colonial e outras formas de indigenismo presentes até os dias de hoje (fazendas, Funai, Igreja e outras ONGs que participam de ações nas aldeias e nas cidades⁵) é que fazem com que eles se identifiquem ou não como Chiquitano. Trata-se de um tema amplo demais para um *paper*, por isso esta análise não focará diretamente a ação das fazendas, nem da Funai, mas do meu indigenismo missionário e da minha assessoria antropológica à Funai e ao projeto encaminhado pelo Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. A minha atuação indigenista como antropólogo e jesuíta será descrita a partir de partes do diário de campo que relatam fatos e dados da situação atual dos Chiquitano.

¹ Supervisor do Museu Rondon / Departamento de Antropologia da UFMT (aloirpacini@uol.com.br).

² A origem deste escrito está na participação da VII RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul, nos dias 23 e 26 de julho de 2007, no GT 08 "Violência Estatal, Indigenismo e Povos Indígenas" coordenados pelos prof. Cristhian Teófilo da Silva e Luis Eugênio Campos Muñoz. Faz parte do projeto de pesquisa no Departamento de Antropologia da UFMT, *Territorialidade e afirmação étnica Chiquitano*, que surgiu a partir do trabalho já iniciado com os parâmetros do indigenismo missionário dos jesuítas e do CIMI junto a esta. etnia diferenciada dentro do contexto nacional.

³ Entendo como ação indigenista aquela proposta pelo Estado, pela Igreja, pela Academia e ONGs em relação aos indígenas.

⁴ Desde o século XVI, o termo *Chiquito* é uma designação genérica na língua de Castilha que significa "pequeno", atribuída a diversas etnias distintas (Piñoco, Taos, Boros, Petas, Chiquitos, Guarayos, Saraveka, Kuruminaka, Otuques, Zamucos, Manacica, Tapiis, Potororos e outras (Moreira da Costa, 2004: 3) que habitavam a vasta região compreendida ao norte pelo paralelo 15, ao sul pelo Chaco, a leste pelo rio Paraguai e a região do rio Guaporé. A identificação nacional dos habitantes fronteiriços foi variando conforme as mudanças dos limites da Bolívia na Província de "Chiquitos" que foi sendo invadida pelo Brasil (D'Orbigny, 1944). *Chiquitanos* diz respeito aos moradores desta Província que era predominantemente indígena e que abrangia parte do território, hoje reconhecido como brasileiro, até as fronteiras com os Nambikwara e os Paresi. No nosso contexto, *Chiquitano* está relacionado aos moradores desta região de Chiquitos que se reconhecem como descendentes dos povos tradicionais indígenas. Segundo Metraux (1942: 122), os colonizadores supunham ser *chiquitos* os índios que habitavam casas redondas pequenas com a entrada quase rente ao solo. Porém, parece mais provável que os indígenas desta região fossem de estatura menor do que os "espanhóis" colonizadores ou mesmo se comparado aos indígenas do Altiplano.

⁵ Fundamental é conhecer melhor este catolicismo próprio e original dos Chiquitano para compreender seu modo de interagir atualmente com a sociedade envolvente (Igreja, Funai, fazendeiros e ONGs) e de se organizar internamente.

Depois do indigenismo dos jesuítas no período colonial já trabalhado em outros *papers* (Charupá, 2002), uma nova forma de violência tornou-se latente com a criação dos Estados Nacionais do Brasil e da Bolívia. Alguns aspectos do Estado Moderno ficam claros como estratégia indigenista desta época, mas foram gestados (geridos) pelos jesuítas na colonização em tempo da formação da Chiquitania: **uma língua, um território e uma religião**. Com as Repúblicas, criou-se uma fronteira negociada artificialmente que “quebrou⁶” o povo Chiquitano. Este indigenismo de Estado tem sido pensado como incorporação dos povos indígenas aos Estados Nacionais (projetos do SPI e Funai) e teve como estratégia algo que poderíamos expressar pela categoria de *integração* (Batalla, 1972 e Lima, 1995).

Os Povos Indígenas na América Latina foram pressionados nas colonizações de Espanha e Portugal a se incorporarem na perspectiva da civilização ocidental cristã. As proclamações das Repúblicas nas Américas continuaram com políticas indigenistas e não trouxeram, em grandes traços, maiores novidades nestas relações com os povos autóctones. O caso dos Chiquitano que vivem na fronteira Brasil/Bolívia revela que estes povos não eram valorizados nas suas diferenças étnicas. O Brasil não “poderia” reconhecer esta população como indígena ou como Chiquitano porque este incorporou parte do “território” da coroa espanhola ou da Bolívia que chegava, enquanto Missão de Chiquitos, a leste no Rio Paraguai. Os Chiquitano que ficaram do lado brasileiro, esconderam sua pertença étnica para não serem expulsos para a Bolívia.

Agora, com a Constituição de 1988, os Chiquitano brasileiros estão sendo pressionados pelos fazendeiros e políticos para que neguem essa pertença étnica, mas a Funai e as ONGs agem no sentido contrário para que reivindiquem seus direitos, especialmente a demarcação de seu território tradicional.

Aqui quero só chamar a atenção para o efeito da língua portuguesa sobre o *linguará*⁷ Chiquitano, pois um aspecto que revela esta pertença étnica distinta pode ser encontrado nos falantes da língua Chiquitano no lado brasileiro. A lingüística encontrou aspectos específicos da forma Chiquitano de falar no Brasil, resultado do tempo de distanciamento forçado. No cotidiano das aldeias pude perceber que facilmente

⁶ Estas fronteiras, mais que uma divisão política e geográfica, são intervenções dos Estados, uma verdadeira quebra de braço para ver quem vence e acaba por “usurpar os bens alheios”. Neste caso, o principal bem era a terra que faz parte de um território tradicional dos Chiquitano e que foi pouco relevante na hora de definir as fronteiras do Brasil e da Bolívia. Mais recentemente, estas fronteiras separam os municípios e as fazendas. Muitas destas divisões acabam por isolar os Chiquitano nas fazendas ou atraem para as sedes dos municípios e quebram sua organização social tradicional de aldeias.

⁷ Esta é uma maneira de desqualificar a língua geral dos Chiquitano, palavra esta já incorporada pelos próprios Chiquitano.

rememoram palavras soltas da língua tradicional quando estimulados. Uma reflexão mais acurada em relação a outros aspectos culturais ficarão para um outro momento, pois sabemos que a identificação étnica é fonte de direitos quanto ao território, e podem mesmo ser encontrados em outros trabalhos.

Quanto às diferentes formas de indigenismo com o aval do Estado, vejo que essas têm privilegiado a ocupação e exploração dos territórios tradicionais indígenas. Existem questões de fundo que provocam as tensões que estão presentes na questão das relações complexas de alianças e expulsões conflituosas e mesmo pressões sofridas pelos Chiquitano que trabalham para os fazendeiros que acabaram por tomar suas terras tradicionais. Esta apropriação indevida foi possível porque o Governo do Mato Grosso “convocou” os “verdadeiros brasileiros” para colonizar as terras selvagens (indígenas) com baixa densidade demográfica (Marcha para o Oeste). As chamadas novas fronteiras agrícolas ou pecuaristas foram se expandindo. Grande parte da população Chiquitano não conseguiu se manter nos territórios tradicionais, e está vivendo hoje nas periferias das cidades da região. As indicações de pessoas que vivem nas cidades de Porto Esperidião e Cáceres falam em milhares de Chiquitano nestas cidades, especialmente nas periferias.

Neste contexto de opressão e de segregação, identificados como bugres ou bolivianos, alguns Chiquitano preferiram ocultar a identidade indígena e evitaram falar o linguará. Suas raízes históricas e culturais ficaram escondidas diante da ameaça de serem eliminados, serem expulsos ou perderem o restante de seu território.

Na Conferência Estadual sobre Direitos Indígenas promovido pela Funai entre os dias 09-16 de outubro em Cuiabá, encontrei Pedro, filho de Paulino Justiniano e Francisca Manacas Messias Leite que representaram a comunidades de Santa Luzia do Trevo e do Subacão e Aurélio Rodrigues Poche que foi representar a comunidade Santa Aparecida. Os caciques denunciaram a situação em que vivem e foram violentamente pressionados e proibidos de se reunirem nas suas aldeias que estavam dentro das fazendas. As porteiras foram fechadas para que não pudessem mais sair livremente sem a anuência das fazendas e o cacique Aurélio já não pode mais sair impune da sua aldeia. Maria Eunice de Fátima Gonçalves, esposa do cacique Cirilo Gabriel Rup⁸, da Terra Indígena Portal do Encantado, falou publicamente a respeito da Fronteira Chiquitano (Quartel Fortuna), onde estão duas aldeias, cerca de 70 famílias:

⁸ Entrevistas no Encontro das Águas em Cáceres, nos dias 13 e 14 de Novembro de 2005.

Nosso problema aconteceu assim: antes nós era um povo bem grande. Antes, a terra era preservada pelo Quartel, tivemos que sair. Foram lá os doze herdeiros disseram que era a terra deles. Nós éramos 60 famílias, ninguém aceitou sair de lá... Era o nosso lugar, é nosso mesmo! Depois disso, chegaram e invadiram e fizeram casa. Os Chiquitano falaram com o Quartel e o Quartel ajudou a tirar eles... os fazendeiros. Falaram que iam matar meu marido. Se fosse pra morrer, ia morrer porque Deus sabe o que estamos fazendo, o que é certo. Noutra região, a maioria dos Chiquitano não querem assumir. Somente 10 famílias queriam ser Chiquitano, a mulher disse que iriam colocar uma bomba e matar estas famílias de Aurélio lá em cima na Comunidade Aparecida... Não querem que a gente seja Chiquitano, não querem assumir porque tem medo da fazendeira... Toda a região está em pé de guerra... Uma mulher disse que ninguém era Chiquitano... Minha vida é muito doída, minha vida aqui está sendo batalhada. Só quem está do lado do fazendeiro está bem... Aqueles lá estão muito mais pressionados (informação verbal).

Em 1995, Denise Maldi visitou algumas comunidades dos Chiquitano próximas à fronteira e assim as caracterizou: “são povos que têm uma estrutura comunitária muito bem estabelecida, cujas raízes históricas e estruturais remontam às antigas Missões Jesuíticas; [...] Essas comunidades têm perfis próprios e são reconhecidas como entidades sócio-culturais” (Maldi, 1995: 7). Depois Joana Fernandes da Silva, então professora do Departamento de Antropologia da UFMT, fez o laudo de identificação da Terra Indígena Portal do Encantado, onde as aldeias Acorizal e Fazendinha reproduzem o ethos Chiquitano no Brasil.

As fontes escritas dos viajantes, agentes missionários ou de governo que no passado administravam ou transitaram pelos territórios indígenas da Chiquitania, foram cuidadosamente analisadas. Frequentemente, essas crônicas de viagens ou documentos administrativos descrevem as populações indígenas encontradas com a lente da época e a partir dos interesses dos organismos que financiaram as expedições ou a administração. Missionários, governadores, militares, exploradores, sertanistas e indigenistas propriamente dito, exprimem, com frequência, juízos e considerações analíticas sobre o objeto das suas observações, manifestando uma clara visão etnocêntrica, projetando as próprias categorias sobre a realidade social e cultural observada. Porém comprovam essa presença tradicional dos Chiquitano na região.

No contexto da fronteira, seria impossível pensar que um Chiquitano se identificasse como indígena, pois trata-se de uma palavra carregada de preconceitos, o que acarreta expressão de ofensa ou acusação para a qual a população local está muito sensível, devido à sua herança Chiquitano. Por isso, a auto-identificação é um ato político e simbólico elaborado também segundo contextos diversos. Neste caso, muitas fazendas da região fronteira Brasil/Bolívia tomaram a dianteira na negação da identidade indígena dos Chiquitano e impuseram um padrão de comportamento nos

molde da relação patrão x empregado. Dizer-se Chiquitano ou boliviano sem se dizer indígena é uma distinção possível, pois existe a “Província de Chiquitos” na Bolívia, e o nome “Chiquitano” pode ter duplo sentido: como indígena ou como membro da Província de Chiquitos e pode-se afirmar que se é Chiquitano brasileiro ou boliviano. Para antropólogos como Victor Turner (1974), o uso político da identidade local, fazendo o jogo das identidades para a sobrevivência num ambiente hostil, acaba sendo uma saída para muitos povos etnicamente diferentes em períodos históricos adversos.

Mais recentemente, o Estatuto da Terra e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA⁹) foram os grandes responsáveis pelo processo de regularização fundiária dos grandes latifúndios nesta fronteira do Brasil, mesmo com as aldeias Chiquitano localizadas no interior dessas propriedades. Os Chiquitano se configuram como uma organização social própria, uma sociedade com uma trajetória histórica complexa, muitas vezes chamados bolivianos, bugres ou índios, formas de discriminar negativamente para que não tenham direitos no Brasil. Essa regularização das terras que liberou as mesmas para os fazendeiros, a partir de 1975, provocou migração crescente dos Chiquitano para as cidades¹⁰.

A noção de territorialização¹¹ como um processo de reorganização sócio-cultural dentro do contexto específico dos Chiquitano auxilia a compreender o processo histórico de usurpação de suas terras. As pressões internas e externas produzem contornos muito particulares do modo de ser Chiquitano que são reelaborados como atos políticos e simbólicos de construção da identidade.

⁹ Criado pelo Decreto-lei N° 1.110/70, o INCRA recebeu todos os direitos, competências e atribuições e responsabilidades do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo de Reforma Agrária, extintos pelo referido Decreto-lei. “Muitas comunidades tiveram suas terras parceladas, em lotes diminutos, pelo INCRA, modificando a característica tradicional dos aldeamentos. Os antigos agrupamentos, compostos por residências e habitados por parentes afins, foram desfeitos e as famílias nucleares forçadas a construir novas moradas nos lotes, agora titulados, como forma de tomar posse do que efetivamente já eram senhores, abrindo caminho para legitimar o processo de espoliação do território Chiquitano, possibilitando, ainda, a aquisição dos lotes remanescentes. Diante da dificuldade criada pelo parcelamento arbitrário de suas terras, algumas comunidades maiores, com sólidas estruturas sócio-culturais, foram encapsuladas em lotes coletivos e resistindo a toda sorte de pressão. Aqueles núcleos que não alcançaram tanto êxito foram diluídos e seus membros dispersos, indo morar às margens das estradas vicinais, ou acabaram por migrar para a periferia das cidades vizinhas.” (Moreira da Costa, 2004: 5).

¹⁰ Na Semana dos Povos Indígenas 2007 do Museu Rondon (UFMT), tivemos um informe a respeito da pesquisa relacionada aos *Chiquitano na cidade*, no dia 17 de abril de 2007. Coordenei a mesa *O território tradicional Chiquitano* no dia 18 de abril de 2007 que teve como objetivo pensar a condição dos Chiquitano que migram porque perderam suas terras tradicionais.

¹¹ Para Oliveira Filho, territorialização é “uma intervenção da esfera política que associa (de forma prescritiva e insofismável) um território bem determinado a um conjunto de indivíduos e grupos sociais” (1998: 56).

Em Porto Esperidião, no dia 9 de abril de 2007 Francisco Surubi que toca a caixa no curussé afirmou: “O fazendeiro chegava e pressionava as pessoas dali para poder sair do lugar e ele mesmo tomar conta do lugar. Botava as pessoas para fora sem direito a nada. Para não estar brigando com os fazendeiros as pessoas saíam.” A esposa, Aládia Surubi, completou:

O que eles faziam era isso. Leva policiamento. Antigamente se falava muito em pistolagem, pistoleiro mesmo. As pessoas ficavam com medo e acabavam saindo do lugar e procurando outro... O pessoal foi enjoando disso e saíram e nós saímos também. E fomos morar em outro lugar. Aí começaram a morar de fazenda em fazenda. Saíam de uma e iam para a outra... Era só Chiquitano. Os fazendeiros é que mandavam nesta época, então todo mundo foi embora... E agora estamos parados aqui, agora definitivamente.¹²

A questão de fundo é essa: ou se fica do lado do fazendeiro com as “benesses e o trabalho remunerado”, com a exigência da negação da identidade étnica, ou se luta pela demarcação das terras tradicionalmente ocupadas, com as conseqüências das pressões que possam advir dessa escolha.

Apesar das divergências, foi a partir do artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que muitos Chiquitano descobriram que ser índio no Brasil é ser também sujeito de Direitos e isso está fazendo a diferença nesta fronteira cobiçada pelo tráfico e pelas fazendas. Outro complicador para a disputa de terras na região é que se trata de uma área de fronteira, e a concessão de terras para particulares deve passar, necessariamente, pelo crivo da União, que é a “legítima proprietária” das terras localizadas até cento e cinquenta quilômetros da linha fronteira (Lei de Terras de 1850). A maioria das terras dos fazendeiros não possuem escritura e os contratos de posse de terras chegam a ser simplesmente um contrato de compra e venda ou acordos de licenciamento que devem ser mediados pela União. Segundo o Superintendente do Incra de Mato Grosso, muitos dos contratos dos fazendeiros da região são ilegais e há insegurança dos fazendeiros para os pleitos na justiça envolvendo as propriedades rurais. Esta introdução permitiu dar uma idéia do indigenismo na fronteira relacionado prioritariamente à questão da terra, pois o Brasil vem se formando como país apropriando-se dos territórios indígenas.

O indigenismo do antropólogo jesuíta...

O método clássico da antropologia é a *observação participante* (Malinowski, 1978). A presença em campo é fundamental para compreender alguns processos, em específico, o que está acontecendo dentro das aldeias e nas cidades vizinhas que

¹² Aládia falou que primeiro, o fazendeiro da comunidade S. José de onde veio que tinha dinheiro e gado era também Chiquitano e tinham boas relações. Quando este morreu vieram os outros fazendeiros que os expulsaram. Conseguiram comprar um lote no final da COHAB, por isso ninguém virá expulsá-los dali.

interagem intensamente com elas. Neste sentido, tenho acompanhado as Assembléias e Seminários que tratem dos Chiquitano, bem como, periodicamente, passo pelas aldeias e cidades de Cáceres e Porto Esperidião. Tenho chamado a atenção para as tensões na fronteira entre Brasil e Bolívia provenientes do processo de afirmação étnica e de recuperação dos territórios tradicionais pelos Chiquitano. Assim posso detectar as diferentes formas de indigenismo praticadas pelos órgãos oficiais, pelas ONGs, pelas Igrejas, pelos fazendeiros ou políticos presentes na fronteira. Trata-se de novas formas de violência que se incorporaram às formas latentes depois da criação dos Estados Nacionais do Brasil e Bolívia, quando foram se instalando as fronteiras artificiais que dividiram o povo Chiquitano e os “integraram” aos Estados Nacionais. Já vimos que os Chiquitano que se tornaram brasileiros, esconderam sua pertença étnica para não serem expulsos para a Bolívia desde a proclamação da República. A Constituição de 1988 permite aos Chiquitano brasileiros que reivindiquem seus direitos em relação à educação diferenciada, à cultura e à posse do território tradicional. A vinda dos Chiquitano bolivianos para o Seminário de Cáceres¹³ e a viagem dos Chiquitano brasileiros à Chiquitania boliviana¹⁴, aprofundou uma comunhão de origem e mostrou quão artificial é a divisão político-territorial depois de séculos. Existe uma continuidade cultural que atravessa as fronteiras com a qual os diferentes indigenismos têm interagido constantemente.

... no dia 31/12/2006, na véspera de ano novo, seguimos a nossa viagem. Logo chegamos na comunidade chamada San Javiercito, onde 90% da população é Chiquitano puro. Fomos diretamente para conhecer a igreja. Ali dentro, fizemos algumas orações. Depois o líder da comunidade agradeceu nosso passeio em sua comunidade e que está feliz de nos ver e conhecer os parentes Chiquitano, e ele diz que são muito católicos e que seguem suas cultura e tradições. Disse também que sua comunidade é muito grande, a maior comunidade tradicional da Bolívia, e sua população é de 1.800 pessoas. [...]

No outro dia seguinte, 02 de janeiro de 2007 as 6:00 horas da manhã teve uma celebração de missa pedido pelo pajé Lourenço. E depois da Missa teve o café da manhã, com pão, bolo de arroz, até mesmo patasca e churrasco. Depois que todos tomaram o café, chegou a hora do pessoal de Cuiabá ir embora. Às 9:00 horas da manhã saíram da aldeia Fazendinha, despediram de todos muito felizes até mesmo choraram de emoções. E também passaram pela aldeia Acorizal deixar 3 pessoas e foram para a Vila Nova deixar outros parentes Chiquitano.

Pra mim foi mais uma aula de experiência e conhecimento porque passeia a conhecer várias coisas que achava que nunca ia conhecer.

¹³ A minha exposição no **1º Seminário de afirmação dos povos Chiquitanos**, em Cáceres, dia 11 de novembro de 2006 às 10:15 horas aconteceu com Joana Fernandes da Silva, na plenária temática *Identities Chiquitanas na fronteira Brasil/Bolívia*.

¹⁴ Entre as idas e vindas dos Chiquitano brasileiros, a “Romaria Solidária ao Povo Chiquitano” que reuniu um ônibus de pessoas para ir à Chiquitania brasileira e boliviana no final de 2006, aprofundou esta comunhão de origem e a visão da divisão política imposta.

Eu agradeço a Deus pela oportunidade que tive e pelos meus companheiros e amigos que fiz durante essa viagem, fico muito feliz e grato por ser bem recebido pelo irmão Chiquitano da Bolívia, e até mesmo os não-chiquitano que nós acolheu com muito carinho.

Pra mim, isso vai ficar na minha história.

Eu agradeço o senhor Padre Aloir que organizou essa viagem e que Deus o abençoe a você e seus companheiro de trabalho. (José Antônio Paravá Ramos)

As divisões internas que têm sua origem nas diferentes etnias que formaram a Chiquitania sob a influência dos jesuítas, aparecem de diferentes formas nas devoções aos santos padroeiros das famílias, nos novos padrões culturais mesclados com a religiosidade católica que articula o particular e o universal entre os Chiquitano. Este aspecto religioso que relaciona os vários grupos Chiquitano é o modo atual deles se apresentarem na sociedade brasileira em vista de um reconhecimento étnico e dos seus direitos territoriais subjacentes.

José Eduardo Moreira da Costa, funcionário da Funai, vinha me chamando para atuar junto aos Chiquitano, alegando que os jesuítas eram bem vistos por eles e eu como antropólogo deveria assessorá-los na luta de afirmação étnica pela terra. Passei pela Chiquitania no ano 2000. Aqui convém colocar que alguns Chiquitano brasileiros me conheceram como jesuíta, em Cuiabá. Depois fui no Natal de 2005 para a aldeia Vila Nova Barbecho com o Pe. Felício Fritsch, SJ, pois tinha o objetivo de apoiá-lo porque fora ameaçado por fazendeiros na outra vez que foi aos Chiquitano. Na noite do dia 24 eles fizeram a celebração como tinham preparado e pediram para eu presidir uma Missa de Natal no dia seguinte. Assim o fiz com tranqüilidade apoiado pelo Pe. Felício, no sentido de que eles se consideram católicos. Nos domingos pela manhã, eles realizam uma celebração católica, geralmente sem a presença do padre. Soilo que estava presente e estuda para ser padre, enviou depois este escrito:

Todo final de ano, nas férias, venho para minha aldeia. Compartilhar as alegrias, tristezas, enfim muitas coisas com os parentes, amigos, e principalmente com minha família. A aldeia fica situada no município de Porto Esperidião, MT. Está situada aqui porque nesta região viveram meus bisavós, avós, pais, parentes, irmãos e eu. Portanto, somos Chiquitanos e temos direito a esta terra, que não está demarcada para nós.

Devido a terra não estar demarcada sofremos diversas conseqüências desagradáveis. Ex: Este ano de 2005 cheguei aqui na aldeia, encontrei muitas lamentações, porém, a principal era a plantação, ou seja, sem roça por falta de terra para o plantio. Pois o fazendeiro mandou cercar esta área onde moramos inclusive diminuindo o espaço que já é pequeno para nós Chiquitanos.

Quero dizer aqui que, nós Chiquitanos, precisamos da terra para trabalhar, pois dali temos que tirar nosso sustento.

Diante de tudo isso, agradeço a Deus porque estamos com vida, saúde e força para nos reunirmos e fazer nossas orações, louvores, agradecimentos. Vivendo a nossa realidade de Chiquitanos. E também por estarem conosco nos fortificando na fé, Pe. Felício, Pe. Aloir e Ir. Joana. Agradeço a toda comunidade também (Vila Nova) que esteve conosco reunido no Natal do Senhor, para festejar tão grande maravilha.

Fizemos neste Natal o presépio completo à nossa realidade. Feito de barro ficou muito bonito. Terra! Nossa Terra! Do qual fomos feitos e que Deus fez para todos seus filhos. Por isso só tenho a agradecer. Obrigado Senhor! (Soilo Urupe Chuê).

Nesta ocasião fotografei uma cerca colocada pelo fazendeiro que queria proibir aos Chiquitano o acesso ao córrego e ao local da lavoura, de tal forma que ficassem pressionados contra a estrada. Com receio de perder as terras, o fazendeiro em combinação com um vereador da Vila Picada, organizaram um grupo de pessoas para tomarem a fazenda e pedirem para o Incra assentá-los ali na terra tradicional dos Chiquitano. Houve uma Liminar do Juiz Julier de 21 de Agosto de 2006 para retirar os posseiros da Terra Indígena Barbecho, mas ainda não foi cumprida¹⁵.

Em setembro de 2006 fui chamado pela Funai para mapear as redes de parentesco entre os Chiquitano das três aldeias que se identificavam (Acorizal, Fazendinha, Vila Nova Barbecho). Quando fui¹⁶ com Cilço Paula Dias, motorista e Chefe do PIN Chiquitano para as aldeias, os Chiquitano da Vila Nova Barbecho estavam querendo plantar na terra para aproveitar as chuvas, pescar e caçar, mas eram ameaçados pelos posseiros. Estavam inseguros porque, com a proximidade dos “invasores” e o gado, a cerca ainda era uma proteção. Naquele momento a retirada da cerca estava deixando as pequenas roças em torno das casas e as crianças a mercê do gado.

A partir daí houve uma mescla entre o jesuíta e o antropólogo no modo como os Chiquitano me viram. Passei a envolver-me mais com seus problemas e passei a compreender melhor este caso de fronteiras territoriais e de identidade e como iam se construindo as demandas pela demarcação das terras tradicionais, pelo atendimento à saúde e à educação diferenciados. A surpresa minha foi que estas redes de relações se estendem intensamente para as periferias das cidades, especialmente Porto Esperidião e Cáceres, chegando até Cuiabá. As comunidades Chiquitano em Cáceres ou Porto

¹⁵ Depois de um mês sem que a oficial de justiça conseguisse fazer cumprir tal Liminar, no dia 21 de setembro de 2006 o Juiz Federal da Subseção Judiciária de Cáceres, Paulo Cezar Alves Sodré, deferiu o requerimento ministerial com as palavras: “cumpra-se integralmente a decisão prolatada às fls. 112/116, desentranhando-se o mandado de citação e intimação de fls. 117, bem como o mandado de desocupação acostado às fls. 135, para que sejam levados a efeito pelo oficial de justiça.” Foi solicitado às Polícias Federal e Militar, à Funai e ao Incra para “acompanharem o auxiliar do Juízo, prestando a assistência necessária ao cumprimento da medida”.

¹⁶ Fiquei uma semana no final de setembro de 2006 nas aldeias Chiquitano a fim de cumprir a *Ordem de Serviço* do Administrador da Funai nº 182/SEP/2006, na qual fui encarregado como antropólogo do Departamento de Antropologia da UFMT para realizar um levantamento dos índios Chiquitano da Terra Indígena Portal do Encantado e arredores, município de Porto Esperidião/MT, objetivando a emissão de registro civil indígena pela FUNAI e garantir os direitos constitucionais. Fui para os Chiquitano para cadastrar as pessoas, levantar as redes de parentesco, compreender a especificidade das relações entre os Chiquitano e captar a sua ancestralidade nestes solos brasileiros...

Esperidião fazem um trabalho de ponte com os Chiquitano da Vila Nova Barbecho e do Portal do Encantado.

Neste *paper* quero colocar uma reflexão que precisa acontecer de forma mais sistemática que é a minha condição de padre jesuíta e antropólogo. Aqui estou dando os passos iniciais aberto para as críticas, neste rico campo da pertença a diferentes espaços de convivência e trabalho acadêmico, o que me traz potencialidades e limites para a ciência antropológica. Mariza Peirano alertou a respeito da participação religiosa juntamente com a pesquisa de campo e estou tomando a iniciativa de me expor para avançar nossa reflexão a respeito.

Outro dos aspectos nebulosos que rondam a prática disciplinar na antropologia diz respeito a um assunto tabu entre os especialistas: trata-se da conversão religiosa de vários antropólogos [...] parece indicar que a antropologia favorece, em determinadas pessoas e em determinados contextos, uma re-estruturação da visão de mundo destes pesquisadores. (Peirano, 1992: 13).

Eu não sou o caso de conversão ao indigenismo missionário, mas, por ser jesuíta e ter em vista o trabalho com os índios, busquei a Antropologia como ciência para me apropriar de seu método e tornar-me antropólogo. Parece que refletir a respeito desta dupla pertença se faz necessário dentro do campo científico, pois questionamentos surgem de diversos lugares. As duas vertentes de minha atuação não me parecem caminhos contraditórios, tanto que continuo a trilhar ambos, porém, percebo que falta tempo para atender a todas as demandas e também preciso de tempo e ocasiões para pensar meu agir e minha elaboração teórica. Quando encontro reações contrárias parecem ser mais relacionadas à participação da Igreja na colonização, do que resistência aos casos concretos de pertença eclesial nos dias atuais. Esta herança da Igreja é que parece criar resistências, porém, a meu ver, não impede que eu possa fazer boa etnografia e antropologia como jesuíta. Existem antropólogos jesuítas espalhados em diferentes lugares e Bartomeu Meliá, grande conhecedor dos Guarani, tranqüilizou-me pois todos os antropólogos estão “situados” no mundo.

Neste caminho da pesquisa de campo, o meio de fazer o levantamento dentro de um lugar social específico de jesuíta, com um reconhecimento especial por parte dos Chiquitano, parece que facilita a abertura das pessoas. Impressionou-me a facilidade de diálogo com o pajé Lourenço e a recepção que ele manifesta frequentemente pela minha presença e dos outros padres. O método antropológico da observação participante na coleta e sistematização dos dados que pode ser comparado a uma espécie de indigenismo, tem aqui sua peculiaridade. De modo algum penso que só é benéfico o meu lugar, enquanto jesuíta, pois também alguns mundos certamente são escondidos

diante de mim porque sou padre, como também acabo representando a igreja com todos os conflitos e contradições que ela representa. Mas, tenho tentado pensar minha atuação como jesuíta no indigenismo missionário, para tornar-me crítico de mim mesmo.

Atualmente, para realizar pesquisa de campo com povos indígenas, é preciso a contrapartida do antropólogo, uma espécie de indigenismo, e isso pode ser em termos de assessoria. Para os Chiquitano, quando solicitado, colaboro no seu processo de afirmação étnica e retomada de partes específicas do seu território tradicional, disponho-me a reforçar sua comunhão enquanto padre jesuíta e, participante das interações sociais nas questões que são permitidas, solicitadas ou exigidas e, enquanto antropólogo (profissional da UFMT), contribuo para que eu possa fazer meu trabalho conforme projeto de pesquisa¹⁷.

Dentro do trabalho de campo, vim acompanhando e assessorando o projeto do Ministério do Desenvolvimento Agrário. No final de tarde do dia 09 de março de 2007 o Pe Isidoro Salomão e Vanda Santos trouxeram informações a respeito dos Chiquitano que foram importantes para a continuidade do trabalho junto aos Chiquitano. A oficina de apicultura que foi contemplada pelo projeto pareceu-me a ação mais desejada por eles, mas ficariam sem o material para implementar a apicultura. Por isso, os proventos dessa assessoria antropológica que me caberiam passei integralmente para a compra do material de apicultura dos Chiquitano, para suprir alguns salários atrasados dos Chiquitano que trabalharam no projeto e para o transporte dos Chiquitano na II Assembléia dos dias 21 e 22 de abril de 2007.

¹⁷ 1) Acompanhar os que estão se identificando como Chiquitano. Atenção para Vila Nova Barbecho: acompanhar os encaminhamentos junto à SEDUC para a sala de aula anexa da Escola Estadual Chiquitano diferenciada e bilíngüe e ver parcerias possíveis para incrementá-la (Secretarias Municipal de Educação, vereador Zé do PT).

2) Fazer um levantamento bibliográfico e documental dos argumentos que garantem os direitos Chiquitano às terras tradicionais. Assessorar e articular o processo de elaboração de uma consciência dos direitos dos Chiquitano à sua terra tradicional.

3) Assessorar pessoas e a Associação do Povo Chiquitano, técnica e politicamente, para que possam assumir projetos diversos (do MDA, MMA, MinC...).

4) Articular-se com o Museu Rondon e o Departamento de Antropologia da UFMT, a Funai, a Funasa, o CIMI Regional e Nacional, a Articulação Missionária Indigenista a Serviço da Justiça e da Vida, a Pastoral da Criança Indígena, as Igrejas, a UNEMAT, o Incra, o CDH Henrique Trindade, o GTME, o Comin e outras instituições... para colaborar na manutenção do trabalho com certa unidade e não ser mais um fator externo que provoque divisões internas ao povo Chiquitano.

5) Divulgar entre os Chiquitano textos científicos e subsídios que auxiliem a refletir a respeito da situação em que vivem os Chiquitano sem a posse de seu território tradicional.

6) Elaborar com os Chiquitano material didático a respeito da cultura e história do povo Chiquitano.

7) Caso solicitado, auxiliar os Chiquitano que ocultam na pertença étnica, especialmente alguns de Santa Aparecida e outras aldeias na Ponta do Aterro, para que percam o medo e o receio de represálias por parte de políticos e fazendeiros locais.

No dia 10 busquei Maria Benedita Lobo que conheceu os Chiquitano na Romaria Solidária do fim do ano e fomos até a Aldeia Vila Nova Barbecho. Ali fomos conversando a respeito das demandas da comunidade. Soubemos das 240 mudas de bananeira plantadas, da mandioca, do arroz e do milho que já crescem nas roças e fomos ver. A integridade deste povo impressiona! A aldeia conseguiu ultrapassar o limite imaginário que o patrão ou fazendeiro tinha imposto. A cerca que ele colocara não estava mais ali, porém sua lembrança ainda fazia estragos. Soube que a família de Arnaldo Ribeiro havia manifestado em reunião da comunidade sua desconfiança a respeito das cestas básicas que os Chiquitano estavam recebendo e não repassando para eles. O cacique Florêncio pediu para eu conversar com sua família e para celebrarmos uma Missa, durante a noite e agradecer a Deus as vitórias. Como de costume, depois da Missa conversamos em comunidade a respeito dos diferentes encaminhamentos com muita profundidade.

No dia 11 chegamos cedo na aldeia Acorizal e inicialmente passamos na casa da cacique Francelina. Conversamos a respeito da sala anexo da escola na Aldeia Vila Nova Barbecho e Francelina apoiou, pois reconheceu que era uma necessidade da Comunidade. A respeito da Páscoa falou da procissão do encontro na Sexta-feira Santa e então ficamos de estar presente. Com estes dados, chegamos na celebração da comunidade que costumam fazer às 8 horas e sentei-me nos fundos para participar discretamente. O sacristão chamado José que cuida da igreja, chamou-me à frente e fiquei sentado ali. No final de tudo, pedi um espaço para dar alguns avisos. Voltei ao assunto da escola na Vila Nova Barbecho e parecia que tudo estava bem. Conversei a respeito da “oficina de projetos” do MDA que capacitará os próprios Chiquitano para proporem e encaminharem seus projetos. Falei da importância deles participarem no próximo fim de semana dessa atividade sob a orientação de profissionais e dos assentados. Percebi que este encaminhamento do Pe. Salomão estava gerando resistência entre os Chiquitano e comuniquei o Pe. Salomão para não trazer os assentados para dentro da área Chiquitano. Falei depois da Páscoa e perguntei pelo modo como eles queriam realizar os festejos e qual a colaboração que esperam de mim.

Depois fui procurar a família de José Ramos, conhecido como “seu Ito”, pois só um de seus filhos estava na celebração. Já estava decidida a saída da sua família da Aldeia Acorizal para o local onde fizeram as roças. Esclareceu-me que sua família foi a primeira que voltou depois de uma epidemia de febre amarela que fez com que todos sássem de Acorizal. Em 1948 os pais de Ito se casaram no S. Vicente (Bolívia) e, em

1950, vieram voltando para o Acorizal. Seu Ito disse com dor por ter que sair dali: “meu umbigo está enterrado aqui neste quintal!” Seu pai é que começou a construir a capela que está na comunidade e que será desmanchada para construir outra noutra lugar. Conversamos também a respeito de Jurenilda Ramos Paravá que passou no vestibular para o curso de Enfermagem na UFMT e seu Ito foi espontâneo:

Pelos sofrimentos que a gente passou, não somos gente rico... para ela conseguir essa vaga, a gente teve que lutar. Mas ficamos contente. Para ela é um sonho, um presente que Deus enviou para depois ajudar a nossa comunidade. A gente vê a nossa comunidade pobre, a escolinha ali do lado... e chegar lá na Universidade é uma vitória! (informação oral)

Depois seu Ito falou das dificuldades de escola no Acorizal e como foi para a cidade dar estudo para os filhos.

Com uma renca de filhos na cidade não dá. No ano 2000 passamos dificuldade em Porto Esperidião. Deixei as crianças na cidade... estudando... sofrendo. Quando conseguimos a Terra Portal do Encantado, voltamos todos para nossa terra. E agora chegou a oportunidade de Jurenilda ir fazer Enfermagem na UFMT. Ela não tem conhecimento em Cuiabá, muita gente está oferecendo apoio. Rezamos bastante para que Deus ponha coisa boa na cabeça dela; isso vai servir para ela! A idéia dela é pegar esse compromisso, e voltar a trabalhar conosco! E se precisar trabalhar também com outros parentes indígenas, ela vai! (informação oral)

Falamos da sala anexa da Escola na Vila Nova Barbecho. Seu Ito, vice-presidente do Conselho da Escola Chiquitano, foi favorável, por causa da experiência dos problemas que passou e por causa dos preconceitos que sofrem as crianças na escola da Vila Picada e São Fabiano. E seu Ito saiu com esta observação: “Se falar para o pessoal do São Fabiano, que eles são italianos, vai ser um prazer para eles!” A mãe de Jurenilda, Lucinda Macanho Paravá Ramos, mais tímida, também falou:

Fico contente que ela vai estudar Enfermagem, agradeço a Deus, e peço que ilumine ela. Não pensava que Deus desse tanto para nós, ela estudou para isso... dedicou-se para isso! Está levando o nome dos Chiquitano e nossa luta pela terra! (informação oral)

Depois a mãe disse que Jurenilda não ficou nervosa nas provas, ficou contente com o resultado e só Deus sabe como será o futuro. Seguimos para o local do Posto da Funai e da Funasa chamado Central. Ali encontramos os dois italianos que estão fazendo um trabalho voluntário na construção do Memorial dos Chiquitano. Eles estão adiantando os trabalhos com o auxílio da aldeia Fazendinha e mais um cuiabano chamado Benedito enviado pela Irmã Ada, da Pastoral da Criança Indígena. Formam uma boa equipe... e a convivência foi agradável. No final de tarde fomos para a Fazendinha e celebramos uma Missa na casa do pajé Lourenço que está firme nos encaminhamentos holísticos pela unidade do seu povo e na luta religiosa pela demarcação de sua terra. Os italianos e a enfermeira foram junto e tivemos uma noite

bem agradável porque depois da Missa, todos ficaram para conversar numa espécie de assembléia. Falamos da escola na Vila Nova Barbecho e todos apoiaram esta iniciativa.

Voltei para Acorizal no dia 12 de março para falar com a cacique Francelina que quer construir¹⁸ a capela Santa Terezinha noutra lugar, num espaço que parece não ser tão público, porque “dentro do espaço do seu clã”. Para o mesmo lugar foi transferida também a escola velha que foi desmanchada, para desgosto de seu Ito e família. A argumentação de Francelina: “porque meu clã é que participa das Missas, os outros não vão!” Francelina disse que o Pe. Pedro estava de acordo com esta mudança. Manifestei alguns questionamentos a respeito dessa decisão de construir a capela naquele lugar “particular, escondido”. Disse que as outras pessoas da comunidade terão mais dificuldade de se sentirem convidadas a participarem da Igreja naquele lugar. Esta foi uma intervenção explícita do antropólogo jesuíta.

Quando chegamos na aldeia Vila Nova Barbecho, os Chiquitano estavam reunidos em frente da casa do cacique Florêncio para decidir e encaminhar as demandas da comunidade no campo da saúde e da educação. Houve a decisão de Saturnina Urupê Chuê e Pedro Célio Tossuê Soares serem os professores e Elena Laura Chuê ser a merendeira. Também encaminharam o pedido de atendimento à saúde para eles levarem à Funai. Atrasamos na saída da aldeia porque os dois professores escolhidos já vieram junto para encaminharem as coisas na SEDUC, em Cuiabá.

Enquanto esperava, a pedido do cacique, fui conversar com seu Arnaldo Ribeiro (53 anos) e esposa Feliciano Dilma Pinto (36 anos) que têm tido posturas favoráveis aos fazendeiros porque trabalham para a fazenda próxima à Aldeia Vila Nova Barbecho. Ouvei de Dona Feliciano algo que me fez compreender melhor como os Chiquitano concebem a relação com os fazendeiros. Feliciano disse-me que os Chiquitano não deviam “invadir a fazenda”. Deviam “ficar no lugar demarcado pelo fazendeiro para eles”. Essa reação surge porque os Chiquitano tiveram a coragem de ultrapassar o lugar da cerca no início de 2007 e começaram a plantar para seu sustento, isso além do lugar “demarcado” pela cerca que fora colocada pelo fazendeiro, cerca esta que tanto me impressionou no Natal de 2005 por ver que até o banheiro de uma família ficou do outro lado da cerca. Naquele momento a mensagem era clara para os Chiquitano: que eles deveriam ficar na beira da estrada e a terra era do fazendeiro! Depois, com os posseiros dentro da fazenda, a cerca foi retirada. Então os posseiros puderam pressionar de

¹⁸ No final do ano havia atendido ao pedido de Francelina com 15 cestas básicas para auxiliar a manter os trabalhadores na construção ou reforma da igreja que estava com goteira e se deteriorando...

diversas formas para a saída dos Chiquitano, pois os queriam longe, até mesmo longe da beira da estrada porque são milhares os Chiquitano na região e se estas 15 famílias conseguem demarcar suas terras, os fazendeiros sabem que outros lugares vão querer o mesmo. A sensação de insegurança foi intensa por todo o período do ano de 2006, mas a liminar do juiz dizendo que os Chiquitano tinham o direito de sobreviver tradicionalmente naquele lugar fez com que a pressão se anuvasse um pouco.

Pedro Célio, Filho de Fernandes Muquissai Soares e Elizabete Tossué Soares, tinha começado a construir uma casa no pátio da casa dos pais, perto do dito banheiro, mas que também ficava além do local da cerca que o fazendeiro tinha colocado. A mal falada cerca hoje é uma linha imaginada, mas uma fronteira, algo que está mais dentro da alma dos Chiquitano do que fisicamente implantada na terra. A fronteira física foi retirada, mas a cerca que representa a divisão entre os Chiquitano e a fazenda só aos poucos vai sendo retirada. Eu estava junto com Pedro Célio na Funai, em Cuiabá, no dia 12 de março, quando ele disse que estava aflito por causa de um recado da fazenda para parar de construir a casa. A Funai disse que o juiz havia determinado que eles poderiam sobreviver naquele local de forma tradicional e que construir a casa ali era a forma tradicional deles se agruparem em torno dos pais.

No dia 13, no Museu Rondon, Pedro Célio e Saturnina fizeram a nova lista dos estudantes da Vila Nova Barbecho para iniciar a escola porque a lista que Jurenilda tinha colhido do mês de janeiro na aldeia fora extraviada. Vítor Aurape Bakairi fora com a esposa Chiquinha Paresi, do Conselho de Educação Indígena, aos Chiquitano para encaminhar a escola indígena diferenciada na semana anterior, disse que não foram na Vila Nova Barbecho porque sua terra estava sem identificação oficial da Funai e a escola no Portal do Encantado estava com problemas de legalização. Este argumento do Governo do Estado de Mato Grosso é que criava resistência às demandas dos Chiquitano pela garantia de seus direitos ao território tradicional. Procurei encontrar um meio de auxiliar os Chiquitano que estavam pedindo a escola diferenciada.

Pensei em levar os Chiquitano para conversar com Chiquinha Paresi e telefonamos, mas ela não podia nos atender porque estava ocupada com outros assuntos. Depois do almoço, fomos para a SEDUC e logo chegou Maria Síría Rupe, a diretora da Escola Chiquitano no Portal do Encantado, que substituiu Jurenilda e a secretária Maria Arlene Justiniano. O diálogo foi frutuoso com os responsáveis da SEDUC. Fiz um *atestado de residência* para Pedro Célio e Saturnina enquanto os Chiquitano falavam com Erosina Divina Ando, responsável da SEDUC para criar a sala anexa da Escola

Chiquitano na Vila Nova Barbecho. Ficou claro que a SEDUC não pode construir um prédio no local porque a terra não está regularizada, “mas criar uma escola se pode até debaixo de uma árvore se existem crianças precisando da mesma”, falou Erosina. No caso da Vila Nova Barbecho é urgente porque as crianças são humilhadas na Vila Picada. E avisaram que a primeira série do ensino fundamental iria para São Fabiano, o que traria mais problemas ainda, pois é mais longe e a comunidade de Chiquitano ali no São Fabiano está num processo de fechamento e resistência hostil ao processo de reconhecimento étnico e luta pela terra da Vila Nova Barbecho. Deixar as crianças passarem por traumas desta natureza, ou seja, pela discriminação étnica durante todo este ano ainda, só porque os encaminhamentos desta sala anexa não foram feitos pelo Conselho de Educação Indígena, é um crime inafiançável. Pedro Célio e Saturnina voltaram para a aldeia fazer o caminho da escola: registrar em ata o que foi feito e estão construindo a história desta escola que começa com o objetivo de dar educação escolar diferenciada para esta parcela fragilizada da população Chiquitano que ainda está na beira da estrada. Pareceu-me importante dar uma mão em momento singular destes pelo qual está passando a aldeia Vila Nova Barbecho. Depois vamos nos preocupar com os papéis misturados, em vista de garantir os direitos dos Chiquitano.

Está mais claro como participar deste processo sendo jesuíta do que sendo antropólogo porque para os Chiquitano é mais fácil e até mais valorizado o lugar do jesuíta, porém quero continuar a produzir conhecimento com os desafios que este contexto proporciona.

Até a presente data a Terra Indígena Portal do Encantado só foi identificada. Nenhuma outra proposta de demarcação do território tradicional Chiquitano foi efetivado e Vila Nova Barbecho sofre as conseqüências do descaso dos poderes públicos, contrariando o que determina o Artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil. Os Chiquitano foram perdendo grandes partes de seu território mais intensamente nas últimas décadas. Com os territórios perderam também seus recursos naturais, campos de caça e pesca, roçados... nas fazendas e nas cidades são submetidos a trabalhos degradantes e com baixa remuneração. Uma parcela significativa da população Chiquitano que migrou para os centros urbanos foram reduzidos à pobreza extrema.

A história mostra que a cultura e a identidade Chiquitano traz um amálgama de costumes tradicionais e valores e práticas religiosas cristãs, um catolicismo próprio. Com a presença intensa dos fazendeiros na região, alguns Chiquitano se apropriam da

idéia de propriedade privada, diferente do modo tradicional de uso comum da terra que demandaria a demarcação das terras tradicionais Chiquitano. Mas a idéia capitalista de cada um ter seu lote é mais uma estratégia dos fazendeiros para se apropriarem das terras dos Chiquitano. Por exemplo, na época em que muitos estavam morando no Acorizinho: “chegou invasor, criou conflito com os Chiquitano e teve a desculpa de pedir ao Inca para vir cortar a terra. Depois foi formando fazenda comprando os lotes dos Chiquitano que são os donos legítimos das terras” (informação oral do cacique Florêncio Urupe Muquissai).

As comunidades Chiquitano formam verdadeiras *redes de comunicações com seus nós*¹⁹, ultrapassando as fronteiras criadas pelas fazendas e mesmo pelas sociedades nacionais. As histórias de vida e das comunidades com sua religiosidade e cultura própria representam *elos* de continuidade espaço-temporal que tenho procurado registrar e analisar. Essas relações entre os *nós* de cidades-santuários²⁰ ou igrejas atuais permitem intercâmbios e fluxos de referência territorial e de identificação em diferentes pontos fundamentais como o Portal do Encantado, San Ignacio, Concepción, a Serra de Santa Bárbara, etc.

Desde 1978, os Chiquitano de Porto Esperidião estão se organizando melhor para o Curussé, com rei, rainha, príncipes e princesas... Uma casa para as reuniões tem o formato de um chapéu com cerca de 4,5 metros de altura sem esteio central, uma obra de engenharia belíssima coberta com palha de indaiá feita por seu Francisco Nassai Jovió que falou:

Na fronteira faziam panela, cuia, travessa de barro, coité para comer... tinha tudo na roça, não faltava nada. Os potes barrigudos para chicha de milho fofo eram enterrados e fechados, amarrados na boca com palha para ficar fermentando. Naquele tempo falava coisa interessante, fundamentado em Deus. Todo mundo comia, repartia para

¹⁹Outra maneira de abordar as comunidades Chiquitano é por meio da metáfora da teia de aranha que permite outras associações: “uma *teia de nós*, em que a religiosidade praticada pelo grupo representa um elo de continuidade espaço-temporal que permite os intercâmbios e fluxos de referência territorial e identitária, configurando, assim, como um fator impeditivo para a formação de uma constelação de enclaves desconectados” (Moreira da Costa, 2004: 9). “*Nós da cidade: índios em rede*” é um *Ponto de Cultura* do Ministério da Cultura junto ao Museu Rondon, UFMT. Lá na Chiquitania ou em Cuiabá, cada *nó* é um sistema local dotado de uma coesão interna capaz de participar de uma conexão mais ampla, *em rede*, sendo o território tradicional um mediação valiosa, na medida em que é experimentado e interpretado pelos Chiquitano como ocasião única para se organizarem como etnia diferenciada dentro da sociedade nacional. Cada local em que foram construídas as igrejas na Missão de Chiquitos tornou-se o centro de irradiação da civilização ocidental cristã próprio dos Chiquitano como um santuário em torno do qual crescia a “aldeia” ou a cidade.

²⁰A delegação Chiquitano que foi para Brasília no dia 19 de abril de 2007 levou um chapéu típico dos Chiquitano, que traz consigo a história de vida de quem o confeccionou e marca sua identidade, o colocou na cabeça do presidente Lula antes de entregar o abaixo-assinado pedindo a demarcação de suas terras tradicionais. Este chapéu também foi dado para os palestrantes no Seminário de afirmação dos Povos Chiquitano em Cáceres e na II Assembléia do povo Chiquitano em Porto Esperidião.

todos. Mandava fazer chicha e aluá com melão. Todo o povo participava, todo mundo era pobre. Na casa onde sai o Curussé é a casa onde sai a bandeira do presidente daquele ano, no domingo de carnaval. (informação verbal).

O exemplo mais evidente de quem sabe articular a religiosidade com a cultura e o território Chiquitano é o pajé Lourenço Ramos Rupe que perguntou no dia 25 de setembro de 2006, o que era *processo*. Falei que tratava-se de um suceder de acontecimentos concretos implicados uns nos outros. A partir do exemplo do “processo de demarcação” da Terra Indígena Portal do Encantado, Lourenço falou palavras de sabedoria:

Joguei o *processo* desta terra na mão do Altíssimo. O Senhor é o último que nos criou e criou esta terra para nós viver aqui. Como nós vamos viver nesta terra aqui tão exprimido, como vamos fazer? O Senhor vê o sofrimento nosso. Faz por mim... porque eu quero. Mesmo que têm outros que não acreditam... tem muitos que querem tomar a nossa terra. Pedi para o Altíssimo para dar de volta nossa terra... pedi que os ricos não fizessem essas coisas! Deus está fazendo meu pedido, pedi para Deus mandar os padres ajudar nós. Deus está atendendo nosso pedido, Deus já trouxe três padres... Estamos alegres aqui, já pedi para Vila Nova Barbecho... lá está meus parentes! Meu irmão e tem outros nesta fronteira, desde Corixa até Vila Bela é nosso. Não quero briga no meio dos ricos. Federal tem que tomar contato, nós também temos direito. Deus vai fazer por nós; acredito que tudo resolve... Vamos rezar, com nossa fé vamos conhecer nossa terra antes... (informação verbal)

Assim seguirão as atividades de pesquisa e acompanhamento do povo Chiquitano no ano de 2007 e 2008 conforme forem se apresentando as oportunidades de estar em campo e for solicitado para alguma assessoria nas diferentes áreas, ou aqui na Sétima Reunião de Antropologia do Mercosul e for permitido falar do indigenismo dos antropólogos.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Soraya Campos de. *Relatório de viagem a comunidades indígenas Chiquitano*. Região de fronteira entre o Brasil (Estado de Mato Grosso) e a Bolívia. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 2000. 90 p.
- BALZA, Roberto. *Tierra, territorio y territorialidad indígena: un estudio antropológico sobre la evolución en las formas de ocupación del espacio del pueblo indígena chiquitano de la ex-reducción jesuita de San Jose*. Santa Cruz – Bolívia: Publicado por APCOB/SNV/IWGIA, 2001. 355 p.
- BARBOZA DE SÁ, Joseph. *Relação das povoações do Cuyaba e Mato Grosso de seus principios até os presentes tempos*. Cuiabá: Edições da UFMT: Secretaria de Educação e Cultura, 1975. (Coleção Ouro ou Mel).
- BARTH, Fredrik *Grupos étnicos e suas fronteiras [1969]*. In: POUTIGNAT, P. & STRIFF-FENART, Teorias da Etnicidade. Ed. UNESP. 1997.
- BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. Os jesuítas e seus sucessores (III). (Moxos e Chiquitos 1767-1830). *Revista de História*. Publicação Trimestral. Ano XXIV, Volume XLVII. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973: 121-150.

- BATALLA, Guillermo Bonfil. El concepto de índio en América: una categoría de la situación colonial. In: Anales de antropología. Universidad Nacional Autónoma de México. Volumen IX: 105-124. México, 1972.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*. USP. vol. 39 (1), 1995: 13-37.
- CHARUPÁ, Dr. Roberto Tomichá. *La Iglesia en Santa Cruz. 400 años de história (1605-2005)*. Ed. Verbo Divino. Cochabamba, 2005.
- CHARUPÁ, Dr. Roberto Tomichá. *La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos, Bolívia (1691-1767)*. Ed. Verbo Divino e UCB. Cochabamba, 2002.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Edição da Fundação Júlio Campos, 1994, 741 p. (Coleção Memórias Históricas, Vol. 4).
- D'ORBIGNY, A. *Viagem a la America Meridional*. Brasil, República del Uruguay, República Argentina, La Patagônia, República de Chile, República de Bolívia, República del Perú. Realizado de 1826 a 1833. Tomo III. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1944: 1137-1455.
- HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*. In: CASTRO, Iná Elias de & GOMES, Paulo C. da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001: 165-205.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª Ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2005.
- JANUÁRIO, Elias Renato da Silva. *Caminhos da Fronteira*. UNEMAT. Cáceres, 2004.
- LIMA, Antônio Carlos. O indigenismo no Brasil. Do saber administrativo a postura ético-acadêmica, primeira versão. (1998).
- LIMA, Antônio Carlos. Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Vozes. Petrópolis, 1995.
- MACHADO, Maria Fátima Roberto. *Que história é essa? Que barulho é esse? Uma introdução ao debate sobre a Antropologia Histórica e a História Cultural*. In: Série Ensaio Antropológicos, 6. EdUFMT. 2002: 13-40.
- MALDI, Denise. *Vistoria na Fazenda Nacional de Casalvasco*. Administração Regional de Cuiabá. Fundação Nacional do Índio. Ordem de Serviço nº 134, 1995. 19 p.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. *Os Pensadores*. Abril Cultural, 1978.
- MÉTRAUX, Alfred. *The native tribes of eastern Bolivia and Western Matto Grosso*. Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology. Bulletin 134. Washington: Government Printing Office, 1942.
- MOREIRA DA COSTA, José Eduardo F. *A coroa do Mundo: Religião, Território e Territorialidade Chiquitano*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do ICHS, UFMT, Cuiabá. Dezembro de 2004.
- MOREIRA DA COSTA, José Eduardo F. *O manto do encoberto: territorialização e identidade dos Chiquitano*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT. Cuiabá – MT: vol. 3 n. 2 jul-dez de 2002: 57-78.
- MORENO, Alcides; SALAS, Virgilio Suárez. *Chiquitos: historia de una utopía*. Bolivia: Sirena. 1992. 332 p.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Pró-memória, 1987.
- OFÍCIO do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província de Mato Grosso, informando que os Chiquitano cultivam os matos que chama-se dos Índios e sugere a captura dos Cabixi e Maibaré para servirem de linguarás, datado de 15 de Abril de 1851. IHGMT. Pasta 139/931.

- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (Org.) *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (Org.) *Uma etnologia dos “índios misturados?”* Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*. Rio de Janeiro, nº 4, 1998.
- OSSIO, Alejandro Almaraz. Reglamento de la Ley Inra: análisis, evolución y normas vigentes. *Revista de Debate Jurídico y Social*. Separata. Centro de Estudios Jurídicos e Investigación Social. Santa Cruz de la Sierra: Imprenta Rey León, 2003. 57 p.
- PACINI, Aloir. *Bateu a caixa, o bugre pula*. Comunicação na 25ª RBA – Reunião Brasileira de Antropologia. Goiânia, de 11 a 14 de junho de 2006.
- PACINI, Aloir. *Nós na cidade, índios em contexto urbano* na Mesa Redonda *Índios em Contexto Urbano* com os professores Dr. Sidnei C. Peres (UFF), a Dra. Carmen L. Silva (UFMT) sob a coordenação da professora Dra. Juliana Braz Dias (UFMT). VI SEMINÁRIO DO ICHS, UFMT. Cuiabá. Dia 16/11 às 10 horas (no prelo).
- PACINI, Aloir. *Uma rede Chiquitano de aldeias na fronteira*. Comunicação no IIº Seminário Internacional de estudos regionais sul-americanos: contrastes socioterritoriais e perspectivas de integração regional. Eixo 06: Fronteiras sul-americanas: identidades, contrastes e dinâmica regional. UFMT. Cuiabá. 23 a 28 de outubro de 2006 (no prelo).
- PEIRANO, Mariza G. S. *A favor da etnografia*. Série Antropologia. 130. Brasília, 1992.
- RELATÓRIO de Viagem para abertura do GT de identificação da Terra Indígena Lago Grande. 17.11.2003. Joana Aparecida Fernandes Silva (Coord. do GT de Identificação da Terra Indígena Lago Grande); Benedito César Garcia Araújo; Juscelino Mello.
- RONDON, Cândido Mariano da Silva. Reconhecimento de Cáceres à cidade de Mato-grosso – exploração dos rios Guaporé, Jauru, Sepotuba e Paraguai. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas no Estado de Mato-Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra*. Ministério da Agricultura. CNPI. Publicação Nº 69-70. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2000: 39-55.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EdUSP. 2002. 384 p.
- SERREINAT, Dr. Lluís Palomera. *Un ritual bilingüe en las reducciones del Paraguay: el manual de Loreto (1721)*. Ed. Verbo Divino e UCB. Cochabamba, 2002.
- SILVA, Joana Aparecida Fernandez et alli. *Estudo das comunidades indígenas na área de influência do Gasoduto Bolívia-Mato Grosso*. Cuiabá, 1998.
- SILVA, Joana Aparecida Fernandez. *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Portal do Encantado (Povo Indígena: Chiquitano)*. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 2004. 141 p.
- SILVA, Joana Aparecida Fernandez. Território e Fronteiras Brasil-Bolívia no país dos Chiquitanos. *Revista do Museu Antropológico*. Goiânia, v. 5/6, n. 1, jan/dez de 2001/2002: 179-212.
- SOARES, Maria do Socorro Castro. *O governo provisório de Mato Grosso e a questão da anexação da província de Chiquitos ao Império brasileiro (1821-1825)*. Cuiabá, 2003. UFMT. ICHS. Programa de Pós-graduação em História. Dissertação. 126 p.
- TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Vozes, Nova Petrópolis, 1974. 245 p.